

A CRÍTICA DE BERKELEY À NOÇÃO DE SUBSTÂNCIA EM LOCKE.

Leandro Menegazzo¹

RESUMO

Este ensaio discute um dos momentos mais importantes do debate sobre a noção de substância, a saber, o debate entre John Locke e George Berkeley, dois dos maiores empiristas. Procuraremos mostrar que Berkeley antecipa algo que se tornará explícito na obra de David Hume, o afastamento radical da noção de substância.

PALAVRAS-CHAVE: George Berkeley. Empirismo. Substância.

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno da noção de substância é bastante antigo. Os gregos já haviam se interessado por esta problemática, justamente por tratar-se de uma questão de fundamentação da realidade. Isto é, a pergunta que eles se faziam era acerca daquilo que constitui “verdadeiramente” a realidade. Por isso, é que no vocábulo latino, a palavra *substantia* corresponde ao verbo *substare*, e significa “aquilo que está debaixo de”. Portanto, supõe-se que ela seja suporte de certos acidentes que subsistem nela. Tal foi a concepção que percorreu toda a história do pensamento ocidental desde Aristóteles até Descartes, chegando, então, até Locke, onde foi duramente criticada.

Para Locke,

se alguém se examinasse com respeito a sua noção de substância pura em geral, descobriria que não possui dela nenhuma outra idéia, excetuando apenas a suposição de não saber o que sustenta tais qualidades que são capazes de ocasionar em nós idéias simples, cujas qualidades são geralmente denominadas acidentes (Livro II, cap. XXIII, II).

¹ Graduado em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque (FEBE). E-mail: lmenegazzo@bol.com.br

Com efeito, numa crítica que, a nosso ver, ´direcionada a Descartes, Locke prosseguiu indagando que

se lhe fosse, então, perguntado o que inseparável da solidez e da extensão, não se encontraria em situação mais vantajosa do que a do sábio hindu que, ao afirmar que o mundo estava sustentado por um grande elefante, era questionado sobre o sustentáculo do elefante, ao que respondia: uma grande tartaruga; sendo, porém solicitado a desvendar o que sustentava as costas largas da tartaruga, respondeu que era algo, mas não sabia o quê. (Idem)

Deste modo, diz Locke, a história dos filósofos acerca da substância como suporte de tais e tais qualidades é tão sem sentido como a das criancinhas que, quando questionadas sobre algo que não conhecem, dão uma resposta dizendo que é algo. Em verdade, “o nome geral de substância nada é senão o suposto, mas desconhecido, suporte dessas qualidades que descobrimos existir, que imaginamos subsistir sine re substance (sem algo para sustenta-las)” (Idem).

Este ataque deferido por Locke à noção de substância escolástica levantou muita da poeira que estava escondida debaixo do tapete. Para o Bispo de Worcester, ele simplesmente eliminou a ontologia tradicional. Já, para Berkeley, ela era apenas a matéria prima dos escolásticos numa vestimenta moderna. Em todo caso, essas críticas vêm ao encontro a nossa proposta: entender o porquê de Locke ter mantido um certo ranço escolástico, já que temos da substância apenas uma idéia confusa do que seja. Se nós descobirmos o motivo teremos boas condições de criticar Locke. Talvez estejamos sendo pretensiosos, mas se não fosse pela ousadia, creio que não teríamos ciência.

Assim, sustentamos que Locke, ainda não liberto das amarras escolásticas, não abdicou de alguns resquícios da idéia de substância, em virtude de seu corpuscularismo. Pois, a fim de fornecer fundamentos filosóficos a este, foi forçado a manter sua doutrina da abstração, bem como sua distinção – algo que herdou de Boyle – entre qualidades primárias e secundárias. Contudo, o mais trágico da história, é que foi o próprio Locke que abriu sua cova. Fazendo isso, pois, forneceu a Berkeley todas as armas de que este necessitava para lançar suas críticas à noção de substância e, deste modo, levar a cabo o seu projeto: combater o ceticismo. Sendo assim, passaremos a apresentar as críticas de Berkeley a Locke.

2. CRÍTICA ÀS IDÉIAS ABSTRATAS

Segundo Berkeley, o desejo dos filósofos é trilhar os caminhos da sabedoria e da verdade. Porém, isso não é o que tem acontecido com a maioria destes, inclusive o justamente apreciado, Locke. Fora o grosso iletrado, boa parte dos filósofos que se propuseram estes objetivos, acabaram perecendo nas armadilhas do ceticismo. Como isso ocorreu é o que Berkeley pretende investigar. Neste sentido, Berkeley tentará “descobrir os princípios introdutores desta dúvida e incerteza, destes absurdos e contradições em várias escolas de filosofia, aponto de os homens mais sábios julgarem incurável a nossa ignorância, como fruto natural da fraqueza e limitação das nossas faculdades” (T, I. 4).

Ao ver de Berkeley, o que tem produzido grande parte destes erros “foi a opinião de que o espírito pode construir idéias abstratas ou noções de coisas”. (T, I. 6). Pois, “quem não for de todo alheio a obras e discussões de filósofos reconhecerá que não pequena parte delas se trava acerca das idéias abstratas”, (T, I. 6) coisa, aliás, considerada por Hume, como uma das maiores descobertas já realizadas na república das letras nestes últimos anos.

Criticando, portanto, a doutrina lockeana, que afirma a distinção entre homens e animais apenas na capacidade que os primeiros tem em criarem idéias gerais, Berkeley chega a seguinte indagação: “Se todas as coisas existentes são particulares, como chegamos a termos gerais?” (I. 11) E a sua resposta é: “As palavras vêm a ser gerais por serem significativas de idéias gerais”. (I. 11) Então, quando dizemos que “tudo que é extenso é divisível”, significamos com isto que estamos falando de toda extensão em geral. Porém, nós não definimos que tipo de extensão é, e mais ainda, nós não podemos conceber uma extensão sem que seja linha, superfície ou volume, e que não tenha cor ou forma. Portanto, aí parece residir o problema.

Entretanto, vale lembrar que Berkeley não está negando toda e qualquer extensão em geral, mas somente as idéias gerais abstratas. O que posso imaginar, diz Berkeley, é “um homem bicípe ou a parte superior de um homem ou a parte superior de um homem ligada a um corpo de cavalo. Mas olho e mãos imaginados terão forma e cor particulares. Igualmente a idéia de homem tem de ser de branco ou preto ou moreno, direito, curvado, alto, baixo ou mediano. Não consigo, por mais que pense, conceber a idéia abstrata acima descrita” (I. 10).

Além disso, uma idéia particular só se torna geral na medida em que representa tal ou tal idéia particular da mesma espécie.

Assim quando demonstro um teorema sobre triângulos, supõe-se tenho em vista a idéia universal de triângulo, que não deve entender-se como a idéia de um triângulo nem equilátero nem escaleno nem isósceles; mas o triângulo particular considerado, desta ou daquela forma, pouco importa, representa todos os triângulos retilíneos; e neste sentido é universal. Tudo isso parece simples e não envolver dificuldade (I. 15).

Deste modo, “seria interminável e inútil seguir os escolásticos, grandes mestres da abstração, pelo labirinto de erros e discussões em que parece tê-los metido a sua doutrina de noções e naturezas abstratas” (I. 17) “Mas talvez isto possa findar pela revisão de falsos princípios adotados no mundo; e entre eles nenhum exerceu maior império no pensamento especulativo do que o das idéias gerais abstratas” (I. 17). No entanto, assegura Berkeley, como já é de se notar, estes princípios estão com os dias contados. Um deles, a linguagem, aos poucos está sendo desmascarada, pois, segundo Berkeley, esta contribuiu em muito para todos estes erros. Com efeito, “ninguém negará que muitos nomes de uso corrente entre tantos homens dados à especulação nem sempre sugerem idéias particulares determinadas ou até nada sugerem” (I. 19). Este é um caso típico do mau uso ou abuso da linguagem, do qual necessitamos nos libertar, pois do contrário, estaremos fadados às mesmas confusões que incorreram os demais filósofos, sobretudo escolásticos.

3. DOS PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO

Que todo nosso conhecimento acerca do mundo se restringe às idéias, sejam elas atualmente impressas nos sentidos ou formadas pela imaginação ou memória, é algo mais que evidente, diz Berkeley. E, neste ponto, parece estar de acordo com Locke. Assim, “pelo tato percebo o áspero e o macio, quente ou frio, movimento e resistência e de todos estes a maior ou menor quantidade ou grau” (p. 1). Deste modo, uma caneta, por exemplo, nada mais é senão uma coleção de certas qualidades que, observadas conjuntamente, recebe o nome de caneta.

Por outro lado, Berkeley discorda de Locke quanto a natureza destes objetos, pois, para Berkeley, eles só adquirem sentido ou existência enquanto estão sendo percebidos por um sujeito percipiente. Este ser percipiente, pode ser chamado de mente, espírito, alam ou eu. Portanto, “o que se tem dito da existência absoluta de coisas impensáveis sem alguma relação com o seu ser-

percebidas parece perfeitamente ininteligível. O seu *esse é percipi*; nem é possível terem existência fora dos espíritos ou coisas pensantes que os percebem”. (P. 3) “Pois que são os objetos mencionados senão coisas percebidas pelos sentidos? E que percebemos nós além de nossas próprias idéias ou sensações? E não repugna admitir que alguma ou um conjunto delas possa existir impercebido?” (p. 4).

Ora, “assim como me é impossível ver ou sentir alguma coisa sem uma sensação atual dessa coisa, assim me é impossível conceber no pensamento uma coisa sensível ou objeto distinto da sensação ou percepção dele” (p. 5), contudo, Berkeley não está significando com isto que, se uma coisa não é atualmente percebida, ela deixa de existir. Ele apenas está sugerindo que ela passa a existir na mente de outra pessoa ou algum espírito eterno.

4. SOBRE A CRÍTICA ÀS QUALIDADES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

De acordo com Berkeley:

houve quem fizesse distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias, contando nas primeiras a extensão, forma, movimento, repouso, solidez ou impenetrabilidade e número; nas segundas, as qualidades sensíveis, como cor, som, sabor, etc. destas concordam não terem semelhança com algo fora do espírito, ou impercebida, mas pretendem que as idéias de qualidades primárias sejam imagens existentes fora do espírito em uma substância impensante a que dão o nome de matéria (p. 9).

Todavia, diz Berkeley que, “se estas qualidades originais forem inseparáveis das outras qualidades sensíveis e incapazes de abstração mesmo em pensamento, segue-se que existem somente no espírito” (p. 10).

Vejam o seguinte exemplo: “é certo que a doçura não está no objeto sávido, por que sem alteração do objeto o doce pode volver-se amargo, como durante a febre ou pelo paladar viciado de qualquer modo” (p. 14). Por conseguinte, “não será razoável dizer que o movimento não está fora do espírito, notando que, se a sucessão das idéias no espírito se torna mais rápida, o movimento, como se sabe, parece mais lento sem qualquer alteração de um objeto externo?” (p. 14).

“Mas supondo existirem fora do espírito substâncias sólidas, figuras, móveis, correspondentes às nossas idéias de corpos, como nos é possível sabê-lo? Ou pelos sentidos ou

pela razão” (p. 18). Porém, via sentidos só observamos relações de percepções, e nada além delas. Então, será que cabe a razão tal poder? “Pode a razão induzir-nos a crer na existência dos corpos fora do espírito, daquilo que percebemos, se até os defensores da matéria não pretendem que haja conexão necessária entre eles e as nossas idéias?” (p. 18).

Segundo Berkeley, “se houvesse corpos externos nunca poderíamos sabê-lo, e se não houvesse, devemos ter as mesmas razões de pensar que haveria o que temos agora”. (P. 20) Fica claro, portanto, que, “ao esforçarmo-nos no máximo para conceber a existência de corpos externos, contemplamos sempre e somente nossas próprias idéias” (p. 23).

Se Berkeley estiver certo, cabe então, indagar-lhe acerca da seguinte questão: qual é a causa de nossas idéias? Existe esta causa, no sentido que Berkeley deseja? Eis a sua resposta:

Há pois alguma causa destas idéias de que elas dependem, que as produz e transforma. Que esta causa não pode ser uma qualidade ou combinação de idéias, mostra-o o parágrafo anterior. Deve, portanto, ser uma substância; mas já vimos que não há substância corpórea ou material; resta, portanto, que a causa destas idéias seja uma substância ativa incorpórea ou espírito (p. 26).

E, uma prova disso, parece ser a ordem e coerência de nossas idéias que, como diz Berkeley, “formam cadeias ou séries de admirável conexão, prova suficiente da sabedoria e benevolência do autor” (p. 30).

São, pois, as leis da natureza que nos permitem prever tal ou qual acontecimento, como por exemplo, que “semear no tempo próprio é o caminho para se fazer uma boa colheita; e em geral que certos meios são adequados para chegar a certos fins, sabemos-lo não por alguma conexão de nossas idéias mas por observações de leis regulares da natureza, sem o que tudo seria confusão, e o adulto não saberia conduzir-se melhor nos negócios do que um recém-nascido” (p. 31). Assim, “quando vemos certas idéias dos sentidos constantemente seguidas por outras, sem o termos feito nós, atribuímos poder e atividade às idéias e julgamos ser uma causa de outra” (p. 32).

Sendo assim, podemos dizer, com Berkeley, que “as idéias impressas nos sentidos pelo autor da natureza chamam-se *objetos reais*; e as excitadas na imaginação, por menos regulares, vivas e constantes, designam-se mais propriamente por *idéias* ou *imagens* de coisas que copiam ou representam” (p. 32).

5. CRITICA A BERKELEY E SUA AUTO DEFESA

A primeira crítica que levantaram contra Berkeley é aquela de que, com seu sistema, ele estaria negando toda e qualquer possibilidade de existência do mundo exterior. Esta é a resposta de Berkeley: “não argumento contra a existência de alguma coisa que apreendo pelos sentidos ou pela reflexão. O que os olhos vêem e as mãos tocam existe; existe realmente, não o nego. Só nego o que os *filósofos* chamam de matéria ou substância corpórea; e fazendo-o não há prejuízo para o resto da humanidade, que, ouço dizer, nada perderá” (p. 35). E mais ainda:

pode insistir-se em que rejeitamos as substâncias corpóreas. Respondo que tomada a palavra “substância” no sentido vulgar – combinação de qualidades sensíveis como extensão, solidez, peso e outras – não podem acusar-me de negá-la. Mas, tomada no sentido filosófico – suporte de acidentes ou qualidades fora do espírito –, então concordo que a rejeitei, se pode falar-se em rejeitar o que nunca teve existência nem na imaginação (p. 37).

A segunda crítica a Berkeley, refere-se à grande diferença que existe entre o real e o imaginário. Por exemplo: “se suspeitais ver apenas a idéia do fogo, pondo lá a mão convencei-vos-ei com o testemunho” (p. 41). Porém, diz Berkeley, “se o fogo real é diferente da idéia do fogo, também a dor por ele causada é diferente da idéia de dor e ninguém pretenderá que a dor real é ou pode ser em algo não percipiente ou fora do espírito mais do que a sua idéia” (p. 41).

“A conexão das idéias não implica a relação de causa e efeito mas somente a de um *sinal* da coisa *significada*. O fogo que vejo não é causa da dor sentida se me aproximar, mas o sinal para me acautelar dele. O ruído que ouço não é efeito de movimento ou colisão e corpos externos, mas o sinal disso”. (p. 65)

Se ainda há resquícios de dúvida, indaguemos ao que segue: “suposta a existência de tal substância, onde existe? No espírito sabemos que não; em qualquer lugar também não, pois que todo lugar ou extensão existe apenas no espírito, como ficou provado; logo, não existe em parte alguma” (p. 67). Segue-se disso, que “da uniformidade das nossas sensações concluiremos a bondade e sabedoria do Espírito que no-las provoca na mente; mais nada posso concluir. Para mim é evidente que o ser de um espírito infinitamente sábio, bom e poderoso basta para explicar as aparências da natureza; mas, por *matéria inerte não sensível*, nada sei capaz de conexão com ela, ou de levar a pensar nela” (p. 72).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um ensaio publicado nesta mesma *Revista*², constatamos algo que parece ser um ponto muito importante para o trabalho que se procurou desenvolver aqui. Sustentamos que boa parte do empreendimento desenvolvido por Hume posteriormente já havia sido intuído por Berkeley. Com isso não queremos tirar os méritos de Hume que, pelo menos no que estamos de acordo, foi o mais radical dos empiristas ingleses. Todavia, é justamente quanto a este ponto que nós precisaremos nossa argumentação, sem, no entanto, fazer qualquer apologia a Berkeley.

Na verdade, o que nós queremos, é dizer que o apelo de Berkeley a Deus como agente regulador de nossas idéias é apenas um mero reflexo de suas convicções religiosas e que, portanto, uma outra saída não mudaria em nada seu empirismo. Para sustentar esta tese levantamos dois pontos. Primeiro, Descartes já havia utilizado este mesmo expediente a fim de garantir a nossa possibilidade de conhecimento do mundo exterior; segundo, este apelo a Deus se afigura apenas como uma hipótese *ad hoc*. A teoria de Berkeley não se parece ter sido feita para comportar necessariamente tal entidade. Ele bem poderia ter optado por uma saída naturalista, como foi o caso de Hume. Isso não mudaria em nada o eixo central do seu empirismo, pelo contrário, o teria fortalecido mais ainda.

² LUZ, Alexandre M., *George Berkeley: Empirismo, Ciência e Metafísica*.